

Bier: não haverá novos cortes para atingir metas

Economistas aprovam metas acertadas com o Fundo, mas destacam efeitos sociais, como desemprego e queda na renda

Leandra Peres e Flávia Oliveira

• BRASÍLIA e RIO. O Governo não precisará fazer cortes adicionais no Orçamento deste ano para cumprir a meta de superávit primário (que exclui os gastos com juros), fixada em 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) na revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e chefe da missão que renegociou o programa com o FMI, Amaury Bier, diz que as medidas de ajuste fiscal já anunciadas são suficientes para alcançar o superávit exigido pelo Fundo. Os cálculos do Governo indicam que estão garantidos R\$ 5 bilhões, além dos R\$ 23,6 bilhões previstos anteriormente.

A equipe econômica não descartou, contudo, nova redução nos gastos ou medidas para compensar a queda de receita, como o aumento da contribuição previdenciária dos militares.

Economia com concursos e promoções chegará a R\$ 1,4 bi

— Os gastos com custeio e investimentos já estão bastante reduzidos com os cortes anteriores e podem ser usados como mecanismo de sintonia fina ao longo do ano — explicou Bier.

O Governo estima economizar R\$ 1,4 bilhão com a limitação de concursos públicos, promoções e pagamento do adicional por tempo de serviço; R\$ 1 bilhão com o fim do ressarcimento do Pis e da Cofins; R\$ 1 bilhão com o repasse da desvalorização ao preço dos combustíveis; R\$ 900 milhões com o corte de investimentos nas estatais; R\$ 400 milhões com o aumento da contribuição previ-

denciária dos militares e R\$ 300 milhões da cobrança integral do adicional de 0,18 ponto percentual no IOF sobre empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas.

A expectativa do Governo é que no último trimestre deste ano a economia já esteja crescendo entre 4% e 5% e a taxas ainda maiores no início do ano 2000. Segundo Bier, a projeção de recessão de 3,5% a 4% em 1999 é bas-

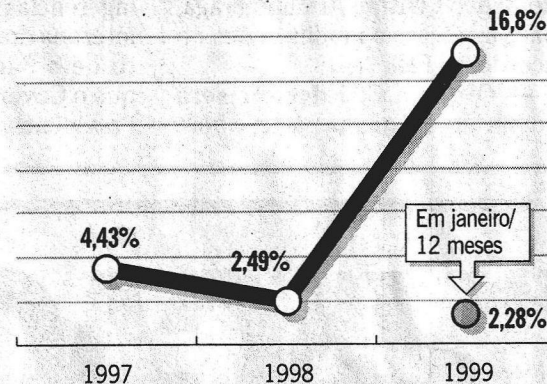
tante conservadora, e os resultados reais poderão ficar acima do esperado. A equipe econômica também nega que o aumento da inflação tenha um efeito positivo sobre o resultado primário das contas públicas. Bier afirmou que o efeito da alta da taxa sobre a arrecadação federal é anulada pelas perdas com a recessão.

As projeções e metas anunciadas pelo Governo brasileiro na revisão do acordo com o FMI foram

CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS SEGUNDO AS METAS ACERTADAS

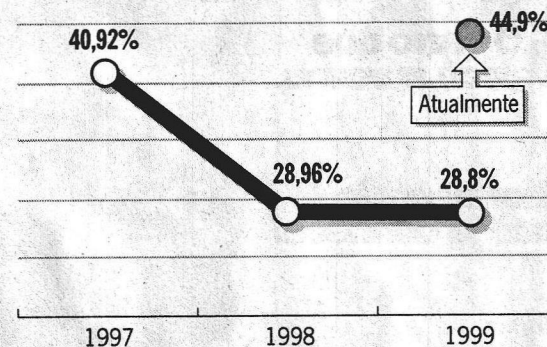
INFLAÇÃO (INPC)

A inflação de 17% esperada para este ano vai resultar numa queda média de 7,5% no poder de compra dos salários. Um indivíduo que começou o ano ganhando mil reais por mês, chegaria a dezembro com salário de R\$ 856. Mas, na média, a renda do ano terá sido de R\$ 925



JUROS NOMINAIS (Taxa ao ano)

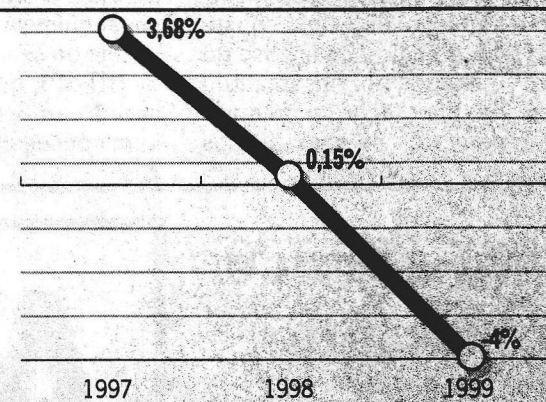
A queda dos juros nominais combinada ao aumento da inflação vai resultar na redução dos juros reais. Isso, na opinião dos especialistas, pode proporcionar a volta do setor produtivo ao crédito.



FONTE: IBGE, Andima, Decex.

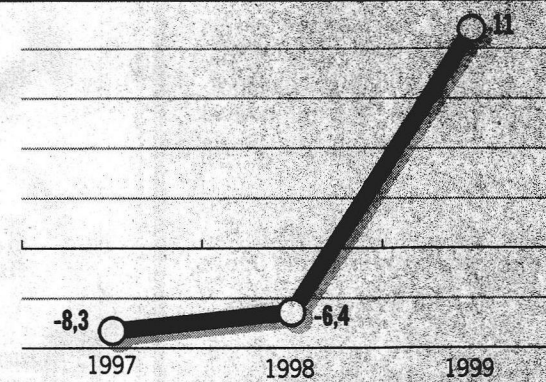
PIB (Variação no ano)

A perspectiva de queda do PIB não é boa para o mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que no ano passado ficou em 7,59%, pode passar de 9% este ano.



BALANÇA COMERCIAL (US\$ Bilhões)

A meta de superávit comercial é a mais questionada pelos economistas. A desvalorização do real favorece as exportações e tende a inibir as importações, mas os resultados talvez não sejam tão intensos no curto prazo.



OBS: Dados de 1999 referem-se às projeções do Governo no acordo com o FMI.

bem recebidas pelos economistas. Contudo, há o consenso de que o impacto social da retração econômica em 1999 será imenso. Não há quem espere, por exemplo, redução na taxa de desemprego, que em 1998 ficou em 7,59% e pode passar de 9% este ano. Da mesma forma, é esperada queda expressiva no poder de compra dos salários, em consequência do aumento da inflação.

— Teremos redução real da

renda e aumento do desemprego porque o PIB vai cair. Mas é fundamental entender que o objetivo do Governo é evitar que um momento crítico se torne crônico. E isso só será possível se a economia não se reindexar — pondera o economista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Se a inflação do ano ficar mesmo em 16,8%, no fim de 1999 o poder de compra dos salários terá

se reduzido em 14,4%. Ou seja, um indivíduo que começou o ano ganhando mil reais, chegará a dezembro com renda equivalente a R\$ 856. Como a perda não se dá integralmente num mesmo momento, a redução média dos salários ficará em 7,5%.

País pode ficar melhor se metas do acordo forem cumpridas

O economista Estevão Kopschitz, da Macrométrica, confirma os efeitos dramáticos sobre a população, mas garante que o país não tinha nenhuma outra opção. E acena com a perspectiva de um ano novo melhor, se todas as metas estabelecidas forem cumpridas pelo Governo. Kopschitz considera factíveis todas as projeções, exceto o superávit de US\$ 11 bilhões na balança comercial. Na Macrométrica, espera-se resultado positivo de US\$ 7 bilhões.

— Ao fim de todo o ajuste, o país estará pronto para crescer, porque não haverá mais nenhuma restrição externa ao crescimento — diz, otimista.

Pensamento semelhante tem o economista Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo ele, alguns indicadores vão piorar depois da desvalorização do real — o desemprego, por exemplo, deve chegar a 10%. Contudo, segundo ele, a crise cambial tornou mais visível “irresponsabilidades financeiras” que tinham de ser combatidas, caso do déficit fiscal de União, estados e municípios. Já Fernando Ferreira, economista do Grupo Louis Dreyfus, assinala que se cumprir todas as metas, o país terá a mais bem sucedida mudança de regime cambial já feita por economias emergentes. ■